

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA - CMMC
ATA DA 6ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
14 DE MAIO DE 2018.

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às 15 horas, em 1ª. Chamada, realizou-se a 6ª. Reunião Extraordinária da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima - CMMC, na Sala de Reuniões do Prédio da Prodesan, sito à Praça dos Expedicionários nº. 10. Estavam presentes: Srs. Eduardo Kimoto Hosokawa (Vice-Coordenador/SEDURB), Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM), Sra. Pacita Lopez Franco (DEFESA CIVIL-SESERP), Srs. Costabile Di Gregorio Filho (SESERP), Emerson Couto Fernandes Guimarães (FTPS) e os convidados: Sr. Marcos Neves e Sra. Danielle A. de Carvalho (UNESP), Sras. Layanne Maia, Nelcilândia Oliveira/Nelly (MMA) e Paula Moreira (GIZ). Ausência justificada: Sr. José Marques Carriço (SEDURB), sendo a seguinte ordem do dia: 1. Leitura e aprovação da Ata da 5ª. Reunião Extraordinária previamente enviada por e-mail. 2. Reunião Técnica de parceria da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – CMMC e Ministério do Meio Ambiente – MMA. O Vice-Coordenador Sr. Eduardo agradeceu a presença de todos e informou à Sra. Paula/GIZ que a entrevista será no **22/05/18**, a princípio, com 03 participantes: Engº. Sérgio Gonçalves, Dra. Fernanda Maschieto (FGV) e Sra. Danielle Almeida Carvalho (UNESP) com realização na Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM) a partir das **16h**. No item troca de experiências com cidades portuárias. Sra. Nelly perguntou se a CMMC teria interesse na realização de possível intercâmbio com a cidade de Itajaí. Esta respondeu que sim e pontuou sobre a necessidade da revisão do Plano de Drenagem. O Sr. Constabile informou que a parte de drenagem é dividida em entre duas Secretarias: Secretaria de Serviços Públicos (SESERP), realização de limpeza e conservação e a Secretaria de Edificações e Infraestrutura (SIEDI) efetuando a elaboração de projeto e execução de planos de drenagem para o município. O Sr. Eduardo informou que há ressacas as areias entram nas tubulações. Comunicou que Santos é a cidade mais verticalizada do Brasil (60% das edificações são apartamentos), possuindo mais de 10.000 habitantes por km². O Sr. Adílson apontou a primordialidade de um levantamento da drenagem por parte do porto (Ministérios de Portos). A Sra. Nelly perguntou do andamento da obra do Projeto Piloto para contenção da erosão na Ponta de Praia. O Sr. Eduardo informou que foi concluído e 100% executado e encontra-se na fase de monitoramento divididas em 02 frentes: 1. monitoramento físico (mapeamento) que está sendo efetuado pela UNICAMP; 2. monitoramento na parte biótica (critérios microbiológicos e vida marinha) a ser efetuado pela UNESP pois há tratativas de posterior Acordo de Cooperação com o município. Este propôs ao MMA/GIZ um possível apoio na parte de monitoramento da biótica. A Sra. Paula perguntou se o Projeto MetrÓpole foi sistematizado e se existem estudos faltantes não efetuados por este, que necessitem de embasamento de Medidas de Adaptação ou Políticas. Esclareceu que são questões apoiadas pelo ProAdapta. Quanto a sistematização informou que está consta em um livro em inglês, em vias de publicação (Editora Inglesa Springer) em meados de agosto/setembro no qual

pesquisadores do Projeto Metrópole participam em 20 capítulos e dentro destes há a colaboração de alguns membros CMMC, capítulos estes que serão descritos, expostos e publicados. Quanto ao embasamento o Sr. Eduardo informou que o Projeto Metrópole estudou apenas a vertente dos impactos de eventos extremos com tempo de recorrência de 1 em 100, face a elevação do nível do mar e marés com impacto direto em ativos imobiliários. Relatou que nas 02 áreas de estudos apontados pelo Projeto Metrópole a pauta foi o impacto na drenagem e citou as áreas: 1ª. Zona Sudeste (Ponta da Praia (orla) até o Canal 4) elevação do nível do mar, face eventos extremos impactando diretamente a rede de drenagem da orla; 2ª. Zona Noroeste, região construída em cota 0 que diariamente sofre com eventos de elevação do nível das marés. O Sr. Marcus Neves reiterou sobre a possível articulação de projetos que tratam da proteção das áreas de manguezais. Comunicou que a SEMAM enviou 02 projetos com Medidas de Adaptação ao Ministério Público (MP) Estadual e Federal nos valores de R\$ 1.720.000,00 e de R\$900.000,00 estando este sob análise. A Sra. Paula perguntou para as ações sugeridas (drenagem e manguezais) quais estudos a CMMC acha necessário para fundamentar. O Sr. Eduardo informou que a concepção da CMMC é compilar um estudo único concentrado com todas as vertentes, para se tomar uma decisão assertiva. A Sra. Paula perguntou sobre o Programa Cidades Resilientes e o Plano Municipal de Redução de Riscos. A Sra. Pacita informou que o 1º. é um Programa da ONU, o município de Santos é signatário. Evidenciou a necessidade do desenvolvimento de várias frentes no Programa. Quanto ao Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) informou que foi implementado a partir de 2005, remodelado em 2012 pelo Instituto Pesquisas Tecnológicas (IPT) e atualizado anualmente. Salientou que é um plano em andamento sendo direcionado aos morros no mapeamento de unidades habitacionais com risco de remoção. Relatou que 945 moradias estão sendo monitoradas e participou que o Governo do Estado contemplou com a construção de 128 unidades habitacionais e o planejamento de 320 até 2019. A Sra. Paula perguntou se o plano tem base nas mudanças climáticas e na vulnerabilidade. A Sra. Pacita respondeu que não, pois baseia-se em levantamentos geomorfológicos e geológicos, não fazendo projeções e participou sobre o Plano Preventivo da Defesa Civil (PPDC) no qual poderá ser efetuada a inserção quanto aos riscos das mudanças climáticas. Expôs que o Plano Municipal de Contingência de Ressacas e Inundação criado em 2017, que trata dos procedimentos técnicos em momentos de eventos extremos. Comunicou que foi efetuado um primeiro mapeamento das áreas suscetíveis e que neste momento há a necessidade de ajuste e atualização das áreas inundáveis, vindo em encontro com a drenagem do município. O Sr. Adílson acentuou a primordialidade de levantamento completo e atualizado do sistema de drenagem de toda área Insular com toda a parte superficial e características (declividade de tubulação, seção de escoamento) para se analisar as áreas efetivamente inundáveis. A Sra. Paula perguntou onde encontra-se o complemento de mudanças climáticas neste plano. A Sra. Pacita replicou que se as intervenções não ocorrerem o município sofrerá com o impacto das mudanças climáticas e que 1º é preciso se ter o conhecimento para intercorrer a preparação. O Sr.

Adílson complementou relatando que há áreas em Santos (Zona Leste e Noroeste) que inundam apenas em função da elevação do nível das marés. O Sr. Eduardo informou que o Plano Integrado de Resíduos Sólidos está contido dentro do Plano Municipal de Saneamento e o apoio solicitado é para realização de atualização. Quanto a parte de comunicação, o Sr. Marcos Neves informou que a proposta desta é alicerçada na comunicação online. Após interlocução entre a CMMC e o MMA/GIZ o bullet points (resumo de informações) ficou no seguinte formato: **03 macros temas mais a execução**, específicos ao município de Santos: 1. **Manguezal**; 2. **Drenagem**; 3. **Política Pública** neste último estão inclusos: Atualização do PMMCS, Plano Municipal da Mata Atlântica, Programa Cidades Resilientes, Plano Municipal de Redução de Riscos, Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Plano Municipal de Saneamento), Plano Diretor de Desenvolvimento e Expansão Urbana. **05 Temas Transversais** tratados pela MMA/GIZ: 1. Facilitar acesso ao financiamento; 2. Fomentação de Polo Replicador; 3. Comunicação; 4. Capacitação; 5. Articulação dos diversos Ministérios Federais. O Sr. Eduardo indagou sobre o enquadramento do Gases e Efeitos Estufa. A Sra. Paula informou que consultará se será condicionado como um objetivo e abordagem do projeto **AdaptaClima**, dentro do levantamento dos processos e procedimentos administrativos no setor público relevantes para a adaptação com vistas à avaliação do risco climático. Na continuidade, a Sra. Paula passou às atividades do TDR com 05 itens: 1º. Formado por 03 Entes (02 Federados e 01 Cooperação Internacional) com registro e transparência da documentação, para que seja uma trilha de conhecimento para replicar em outros municípios; 2º. Ajudar a fazer as estimativas de custo de cada medida de adaptação prioritária (Drenagem); 3º. Pesquisar boas práticas em outros municípios (nacional e internacional) e pontos de entrada de como realizar estas medidas; 4º. Cenário da evolução da experiência de Santos no processo de Política de Adaptação; 5º. Articulação de Política em Brasília. O Sr. Adílson sugeriu que a réplica de experiências seja estendida para municípios portuários costeiros. Pontuou sobre a importância do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). A Sra. Paula perguntou qual a importância deste Índice para o ProAdapta. Informou que este é importante, pois envolve vários portos públicos e terminais de uso privado, pois estes preenchem os 38 indicadores Ambientais contidos no índice. O Sr. Eduardo informou que a 12ª. Reunião Ordinária será das **9h00 às 18h** com intervalo para almoço nos dias **23/05** (CMMC e MMA/GIZ) e **24/05** (CMMC, MMA/GIZ e a Comissão Consultiva Acadêmica). A seguir, o Vice-Coordenador agradeceu a presença e disposição de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Glauca Santos dos Reis, lavrei a presente ata, que, depois de aprovada pela Comissão, será assinada pelo Coordenador.

Eduardo Kimoto Hosokawa